



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
 - o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

- Você dispõe de **4h** para a realização da prova, incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- Faltando **30 minutos** para o fim da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, solicite imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



GRAN CURSOS ONLINE
DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS

FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
GRANCURSOSONLINE.COM.BR

CÓDIGO:

2712023828

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ordem dos Advogados do Brasil

EXAME:

37º Exame de Ordem

CARGO:

Advogado

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

02/2023

Ética Profissional

Maria Christina

1

Mário procurou seu advogado José para ajuizar uma ação contra Maria por uma dívida sabidamente quitada por ela. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) José será solidariamente responsável com Mário por ter ajuizado execução contra Maria por uma dívida sabidamente quitada.
- (B) José será subsidiariamente responsável com Mário por ter ajuizado execução contra Maria por uma dívida sabidamente quitada.
- (C) José será pessoalmente responsável por ter ajuizado execução contra Maria por uma dívida sabidamente quitada.
- (D) Mário será responsabilizado de forma pessoal por ter contratado advogado para ajuizar execução contra Maria por uma dívida sabidamente quitada.

2

Joana é estagiária de direito no nono semestre da Faculdade. Com a projeção que obteve no escritório, passa a realizar inúmeras entrevistas para as redes de TV locais instigando a população a procurar o escritório para litigar em juízo. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) Joana não poderá celebrar termo de ajustamento de conduta por ser estagiária.
- (B) Joana não poderá celebrar termo de ajustamento de conduta pois a conduta deve ser punida com penalidade de censura.
- (C) Joana poderá celebrar termo de ajustamento de conduta pelo ato praticado.
- (D) Joana não pode sofrer qualquer punição por ser mera estagiária.

3

O Conselho Seccional do Distrito Federal, com dificuldades financeiras, resolveu onerar um bem imóvel. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato dependerá de decisão da diretoria da Seccional.
- (B) O ato dependerá de decisão do Presidente da Seccional.
- (C) O ato dependerá de decisão da maioria da Seccional.
- (D) O ato dependerá de decisão da Caixa de Assistência da Seccional.

4

A seccional X proferiu decisão unânime e favorável sobre determinado tema. Ocorre que a seccional do estado Y proferiu decisão desfavorável sobre a mesma matéria, de forma unânime. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) Caberá recurso ao pleno de cada seccional para reverter a decisão.
- (B) Caberá recurso ao Conselho Federal apenas de decisões não unânimes.
- (C) Caberá recurso ao Conselho Federal apenas de decisões unânimes que violem o Estatuto.
- (D) Caberá recurso ao Conselho Federal.

5

João Pedro deseja concorrer ao cargo de Conselheiro de certa subseção. Para tanto, deverá preencher alguns requisitos:

- (A) possuir cinco anos de inscrição na OAB.
- (B) não estar respondendo a processo criminal.
- (C) não ocupar cargo de livre nomeação e exoneração.
- (D) estar em dia com a anuidade, não sendo admitido o parcelamento da dívida.

6

Diante da greve realizada pela Defensoria Pública, a OAB começou a indicar recém inscritos na OAB como advogado dativo. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) O recém inscrito na OAB poderá atuar como advogado dativo sendo devido o valor de honorários.
- (B) O recém inscrito na OAB não poderá atuar como advogado dativo por falta de experiência profissional.
- (C) O advogado dativo tem direito apenas à sucumbência proporcional.
- (D) O advogado dativo tem direito apenas ao honorário arbitrado judicialmente.

7

O estagiário de direito poderá sozinho, mas sob a responsabilidade de um advogado:

- (A) assinar petições de contestação em processos judiciais.
- (B) obter, junto aos escrivães e chefes de secretarias, certidões de peças de processos em curso sem a necessidade de substabelecimentos.
- (C) comparecer à prática de atos extrajudiciais, sem autorização ou substabelecimento do advogado.
- (D) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.

8

Jonas foi Presidente da Seccional São Paulo em 1989. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) Jonas passa a ser membro honorário vitalício com direito a voz e voto.
- (B) Jonas passa a ser membro honorário vitalício apenas com direito a voz.
- (C) Jonas passa a ser membro honorário vitalício apenas com direito a voto.
- (D) Jonas não terá direito nem a voz nem a voto após deixar o cargo.

Filosofia do Direito

Odair José

9

Norberto Bobbio, na obra *Teoria do Ordenamento Jurídico*, afirma que as relações entre ordenamentos jurídicos diversos podem ser classificadas em três planos distintos. Primeiro, quanto ao grau de validade que um ordenamento tem na relação com outro; segundo, quanto à extensão recíproca dos âmbitos de validade; terceiro, a validade que um ordenamento jurídico atribui às regras de outro ordenamento com os quais entra em contrato. Acerca desse tema e nos termos da obra em referência, assinale a alternativa que corresponde corretamente ao grau de validade que um ordenamento tem na relação que estabelece com outro ordenamento.

- (A) Relações de coordenação ou relações de subordinação.
- (B) Âmbito de validade por meio do qual se inclui totalmente às regras do ordenamento com o qual se relaciona.
- (C) Indiferença quanto à validade das regras de outro ordenamento jurídico.
- (D) Nas relações entre ordenamentos jurídicos diversos, sempre irá prevalecer as regras do direito internacional, porque possuem grau de superioridade em relação às normas nacionais.

10

“O juiz continua tendo o dever, mesmo nos casos difíceis, de descobrir quais são os direitos das partes, e não de inventar novos direitos retroativamente”.

DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo, 2020, p. 127).

A inexistência de regra regulamentadora para um determinado caso não pode ser impedimento para se encontrar o direito das partes.

Sobre esse tema, assinale a alternativa apresentada por Dworkin para solução dos casos não previstos nas regras.

- (A) Diante de casos difíceis e não regulados, o juiz deverá usar o poder discricionário para solucionar a lide.
- (B) Na ausência de norma regulamentadora, o juiz ficará abandonado a si mesmo, obrigando-o a criar uma norma específica para o caso.
- (C) Os casos não previstos numa regra regulamentadora impõem a necessidade de que juízes e juristas sensatos acordem entre si sobre os direitos jurídicos das partes.
- (D) O dever do juiz é buscar a melhor solução para o caso, independentemente da existência ou não de regra regulamentadora, o que é possível por meio da extração dos valores que se encontram nos princípios.

Direito Constitucional

Ana Paula Blazute

11

O Município Alfa celebrou uma parceria com o Japão visando ao desenvolvimento de programa esportivo, formador de atletas de alto rendimento, direcionado a crianças de baixa renda.

Por ocasião da prestação de contas, o Japão entendeu que os recursos que repassara não foram empregados por Alfa na finalidade a que se destinavam, o que levou o Estado Estrangeiro a contratar um advogado para que ajuizasse uma ação, de modo que o Município devolvesse os valores que não foram aplicados regularmente.

Considerando os termos dessa narrativa e os balizamentos oferecidos pela ordem constitucional, a ação deve ser ajuizada perante:

- (A) o Supremo Tribunal Federal, em instância única.
- (B) o Superior Tribunal de Justiça, em instância única.
- (C) um Juiz Federal, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- (D) um Juiz Federal, com recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

12

Pétrea nasceu no território da Bélgica à época em que seu pai, brasileiro, ali atuava em uma indústria privada de conectores eletrônicos. Sua mãe era belga.

Considerando que Pétrea foi registrada apenas perante o órgão competente belga, não perante uma repartição brasileira, ela é considerada:

- (A) estrangeira, somente lhe restando a opção de se naturalizar brasileira, na forma da lei.
- (B) brasileira nata, já que seu pai era brasileiro e se encontrava em território belga a trabalho.
- (C) estrangeira, mas, caso venha a residir no território brasileiro e opte, a qualquer tempo, após atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira, adquiri-la-á em caráter nato.
- (D) estrangeira, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira, em caráter nato, caso o requeira, em território belga, perante repartição consular brasileira, no ano seguinte à maioridade.

13

Mévio e Tício foram eleitos em 2022, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República. Ocorre que, em outubro de 2023, ambos vêm a falecer em trágico acidente aéreo. Marque a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal.

- (A) Far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
- (B) Deve ser realizada eleição, pelo Congresso Nacional, em trinta dias.
- (C) Deve ser realizada eleição, pelo Congresso Nacional, em noventa dias.
- (D) Assume a Presidência da República o Presidente do Senado Federal, até completar o período de seus antecessores.

14

A Constituição Federal foi responsável por elencar competências legislativas e administrativas aos diversos entes da federação, de acordo com o âmbito de interesse. Nesse sentido, conforme previsto constitucionalmente, a competência para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais compete:

- (A) privativamente à União.
- (B) privativamente aos Estados e ao Distrito Federal.
- (C) privativamente aos Municípios.
- (D) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

15

Fagner, ocupante de cargo de provimento efetivo no Município de Santa Helena de Goiás, foi eleito e tomou posse no cargo de prefeito. À luz da sistemática constitucional, Fagner:

- (A) poderá acumular o cargo no Município com o mandato eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.
- (B) exercerá o mandato eletivo de Prefeito, mas poderá optar pela remuneração do cargo municipal.
- (C) será exonerado do cargo no Município a partir da posse como Prefeito.
- (D) ficará afastado do cargo no Município, sem receber a remuneração, durante o exercício do mandato.

16

A Constituição da República Federativa do Brasil dedicou um capítulo específico aos direitos e deveres individuais e coletivos. Considerando a funcionalidade da Constituição e a natureza das normas constitucionais afetas a essa temática, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- (C) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- (D) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

17

A decisão do Tribunal de Justiça do Estado X contrariou expressamente a orientação da Súmula Vinculante 6 ao decidir que viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

Neste caso, a medida constitucional devida perante o STF seria:

- (A) mandado de segurança.
- (B) reclamação constitucional.
- (C) ação Popular.
- (D) ação direta de inconstitucionalidade.

Direitos Humanos**Alice Rocha****18**

Cícera acabou de se formar e logo foi aprovada no Exame da OAB, passando a atuar como advogada de uma ONG de proteção das comunidades originárias no Brasil. Recentemente, Cícera recebeu uma demanda de questionamento sobre o status legal das terras ocupadas por uma aldeia indígena em uma região de expansão do agronegócio.

A respeito desse tema e com base na Constituição Federal, Cícera deve esclarecer que:

- (A) como bens do estado onde estão localizadas, as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas devem ser monitoradas pelos agentes desse mesmo estado.
- (B) são reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União e aos Estados demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- (C) os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em atos de diligência ao longo do processo.
- (D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

19

Em 2010, Antônia, grande influencer no meio da estética, teve seus dados pessoais divulgados por uma empresa de telefonia. Desde então, sofre uma série de problemas a partir do uso indevido desses dados tais como ligações indesejadas, uso de seu número de documentos para atividades ilegais, dentre outras. Para buscar a defesa de seus direitos, Antônia ligou para Carlos, seu amigo de infância e advogado atuante na defesa dos Direitos Humanos.

A partir das regras previstas na Constituição Federal e das normativas do Sistema de Direitos Humanos, Carlos deve pleitear a defesa de Antônia a partir:

- (A) da previsão da aplicação mediata desse direito, buscando instrumentos de concretização do mesmo.
- (B) da previsão desse direito no rol de direitos previstos no artigo 7 da Constituição.
- (C) da interpretação de que, mesmo que não estivesse formalmente previsto na Constituição Federal, poderia ser defendido por outras regras infraconstitucionais.
- (D) da compreensão de que sendo influencer, Antônia não tem direitos a resguardar seus dados.

Direito Internacional**Alice Rocha****20**

Odair, angolano, mudou-se para o Brasil em janeiro de 2020, buscando novas oportunidades de trabalho frente à crise da COVID-19. Passados 4 meses de sua chegada, Odair se casou com Nilton, brasileiro nato, e como não tem mais pretensão de voltar para Angola, Odair gostaria de se naturalizar brasileiro.

Baseado na situação hipotética e com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Para se naturalizar brasileiro, Odair deve comprovar pelo menos 2 (dois) anos de residência ininterrupta.
- (B) Para se naturalizar brasileiro, Odair deve comprovar apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (C) Odair pode solicitar a nacionalidade originária por ser casado com brasileiro nato.
- (D) Odair não pode solicitar a nacionalidade originária mesmo sendo casado com brasileiro nato, tendo em vista que o Brasil não reconhece o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

21

Um dos instrumentos mais úteis para o estabelecimento da cooperação internacional é a homologação de sentença possibilitando o reconhecimento de decisões proferidas em outras jurisdições e geração de efeitos no Brasil. A respeito dessa temática, podemos afirmar que:

- (A) é possível a homologação de sentença estrangeira, mesmo que seja contrária ao conteúdo de decisão judicial proferida no Brasil.
- (B) a pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira.
- (C) na ausência de tratado, a homologação de sentença só poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.
- (D) os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados.

Direito Tributário**Maria Christina****22**

João, recém aprovado no exame de ordem, procura um colega especialista na área de direito tributário para tirar dúvidas sobre a matéria. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- (A) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida na legislação como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) Responsável pelo tributo é o sujeito credor que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
- (D) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais.

23

João e Maria são proprietários de uma mesma fazenda e, portanto, solidariamente responsáveis pelo pagamento do ITR. Sobre os efeitos da solidariedade, assinale a opção correta.

- (A) A remissão de crédito sempre exonera todos os obrigados solidários.
- (B) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favorece ou prejudica os demais.
- (C) O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita apenas aquele que efetuou o pagamento.
- (D) A isenção de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

24

O Município Beta construiu um complexo educacional no bairro Alfa a fim de que sejam desenvolvidas atividades instrutivas para toda a população. A obra acarretou valorização imobiliária de inúmeras residências do bairro Alfa próximas ao complexo. Em razão disso, o Município Beta instituiu contribuição de melhoria por meio de lei ordinária para custear o valor global da obra, rateando o valor entre todos os imóveis do Município. Na hipótese, segundo as regras pertinentes à contribuição de melhoria, a exação instituída é:

- (A) inválida, pois o Município Beta não tem competência tributária para instituir a referida contribuição de melhoria.
- (B) inválida, pois a Contribuição de Melhoria não pode ser instituída por lei ordinária dependendo da edição de lei complementar.

(C) inválida, pois o valor global das obras deveria ser rateado entre todos os imóveis localizados no Município, sem qualquer distinção, haja vista que a obra atenderá à coletividade.

(D) inválida, pois o valor global da obra não poderia ser rateado entre todos os imóveis localizados no Município, mas apenas cobrado em relação aos imóveis que experimentaram valorização imobiliária.

25

O Município alterou a data de vencimento de seu IPTU de março de 2023 para fevereiro de 2023. Assim, o ato poderá ser realizado:

- (A) somente por meio de lei ordinária, se respeitar os princípios da anterioridade anual e nonagesimal.
- (B) somente por meio de lei complementar, se respeitar os princípios da anterioridade anual e nonagesimal.
- (C) poderá ser realizado por um mero ato do Poder Executivo, podendo produzir efeitos de imediato.
- (D) somente por meio de lei ordinária, podendo produzir efeitos de imediato.

26

Sobre o contribuinte do IPTU, assinale a alternativa correta.

- (A) O locatário tem legitimidade ativa para litigar em ações de natureza tributária envolvendo o IPTU.
- (B) O promitente comprador já pode ser considerado legítimo contribuinte de IPTU.
- (C) O cessionário de direito de uso de imóvel público não é contribuinte do IPTU, pois detém a posse mediante relação de natureza pessoal, sem *animus domini*.
- (D) É legítima a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU sobre imóveis situados em área de expansão urbana somente se dotada dos melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN.

Direito Administrativo

Gustavo Brigido

27

João e Maria, estudantes de Direito, discutiam aspectos relacionados ao estudo dos bens públicos, no contexto dos acontecimentos ocorridos no dia 08/01/2023, em Brasília, em razão dos quais foi decretada a intervenção federal no Distrito Federal. A discussão girou em torno da classificação dos seguintes bens públicos: Praça dos Três Poderes, Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal. Os estudantes procuraram você, na qualidade de advogado(a) especialista em Direito Administrativo, para saber a correta classificação dos mencionados bens públicos. Você os orientou corretamente que:

- (A) os quatro bens públicos mencionados se classificam como bens de uso comum do povo, sendo todos imprescritíveis.
- (B) os quatro bens públicos mencionados se classificam como bens de uso especial, sendo todos imprescritíveis.
- (C) a Praça dos Três Poderes é bem de uso comum do povo e os demais são bens de uso especial, sendo todos imprescritíveis.
- (D) a Praça dos Três Poderes é bem de uso comum especial e os demais são bens de uso comum do povo, sendo todos imprescritíveis.

28

José, devidamente inscrito no Concurso da Polícia Militar do Estado do Ceará, é candidato autodeclarado pardo quando da inscrição no certame. Todavia, consoante o tino dos membros da comissão posteriormente designada para a pessoal conferência dessa informação, a condição de pardo do impetrante restou por eles recusada, mesmo após a apreciação de pertinente recurso administrativo, então instruído com fotografias e laudos emitidos por médicos dermatologistas. José procurou você, na qualidade de advogado(a) especialista em Direito Administrativo, para orientá-lo acerca da medida judicial adequada a ser tomada, sendo corretamente informado que:

- (A) é inadequado o manejo de mandado de segurança com vistas à defesa do direito de candidato em concurso público a continuar concorrendo às vagas reservadas às pessoas pretas ou pardas, quando a comissão examinadora de heteroidentificação não confirma a sua autodeclaração.
- (B) é adequado o manejo de mandado de segurança com vistas à defesa do direito de candidato em concurso público a continuar concorrendo às vagas reservadas às pessoas pretas ou pardas, quando a comissão exa-

minadora de heteroidentificação não confirma a sua autodeclaração.

- (C) é inadequado o manejo de ação de procedimento comum com vistas à defesa do direito de candidato em concurso público a continuar concorrendo às vagas reservadas às pessoas pretas ou pardas, quando a comissão examinadora de heteroidentificação não confirma a sua autodeclaração.
- (D) é adequado o manejo de ação de procedimento comum com vistas à defesa do direito de candidato em concurso público a continuar concorrendo às vagas reservadas às pessoas pretas ou pardas, quando a comissão examinadora de heteroidentificação confirma a sua autodeclaração.

29

Joaquim acabou de assumir a coordenação jurídica de uma Sociedade de Economia Mista prestadora de serviços públicos essenciais, sem finalidade lucrativa. Em face do elevado número de processos ajuizados em face da estatal, Joaquim procurou você, na qualidade de advogado(a) especialista em Direito Administrativo, para orientá-lo acerca do tema da prescrição, de modo a concluir corretamente que:

- (A) se aplica a prescrição quinquenal às empresas estatais prestadoras de serviços públicos essenciais, não dedicadas à exploração de atividade econômica com finalidade lucrativa e natureza concorrencial.
- (B) se aplica a prescrição decenal às empresas estatais prestadoras de serviços públicos essenciais, não dedicadas à exploração de atividade econômica com finalidade lucrativa e natureza concorrencial.
- (C) se aplica a prescrição trienal às empresas estatais prestadoras de serviços públicos essenciais, não dedicadas à exploração de atividade econômica com finalidade lucrativa e natureza concorrencial.
- (D) se aplica a prescrição anual às empresas estatais prestadoras de serviços públicos essenciais, não dedicadas à exploração de atividade econômica com finalidade lucrativa e natureza concorrencial.

30

A ANATEL é agência reguladora da área de telecomunicações, cooptada pelo setor empresarial regulado, diante do forte poderio econômico das empresas atuantes no mercado. Assim, a ANATEL acabou por abandonar a atuação imparcial e técnica que deveria ter e passou a operar em benefício dos próprios regulados, servindo de instrumento para proteção e benefício de interesses setoriais que deveriam ser fiscalizados. Essa situação hipotética é tratada pela doutrina de Direito Administrativo como teoria

- (A) dos motivos determinantes.
- (B) do risco administrativo.
- (C) da captura.
- (D) da aparência.

31

Saulo, servidor público titular de cargo efetivo, sofreu limitação em sua capacidade física por conta de acidente ocorrido durante sua jornada de trabalho. Observadas as formalidades do estatuto jurídico funcional de regência, de acordo com a Constituição da República, em razão do ocorrido, Saulo poderá exercer cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que sofreu, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mediante:

- (A) o aproveitamento, com a remuneração do cargo de destino.
- (B) a reintegração, mantida a remuneração do cargo de origem.
- (C) a recondução, com a remuneração do cargo de destino.
- (D) a readaptação, mantida a remuneração do cargo de origem.

32

João, Secretário Municipal de Obras do Município Alfa, pretende nomear sua irmã, Maria, para o cargo de assessora do seu gabinete. Procurou você, na qualidade de advogado(a) especialista em Direito Administrativo, para orientá-lo acerca da sua pretensão, sendo instruído corretamente que:

- (A) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (B) não mais constitui ato de improbidade administrativa, por revogação do correlato dispositivo legal que tratava do tema.
- (C) constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (D) constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Direito Ambiental

Nilton Coutinho**33**

Pedro era proprietário de um sítio no estado de Goiás. Em razão das altas temperaturas, houve um incêndio que acabou queimando todo o sítio. Triste com o acontecido, Pedro vendeu o sítio para Paulo. Porém, um mês após a compra, Paulo recebeu uma citação para responder a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público, pleiteando a recomposição da área queimada. Preocupado, Paulo procura um advogado especialista na área, o qual lhe informa que:

- (A) como o dano foi causado antes da compra, Paulo é parte ilegítima para a ação civil pública.
- (B) como o dano foi causado quando o sítio ainda pertencia a Pedro, Paulo deverá requerer a inclusão do mesmo na lide.
- (C) em razão da natureza *propter rem* da obrigação ambiental, a ação civil pública poderá ser ajuizada contra Pedro ou contra Paulo.
- (D) como o incêndio decorreu de força maior (altas temperaturas da região) será possível alegar excludente de responsabilidade em sede de contestação.

34

Jorge, após ter acertado os números da Mega-Sena da Virada, resolveu adquirir uma empresa que atua na área de construção civil. Por determinação do gerente da empresa, Antônio, foram derrubados 5 hectares de floresta de preservação permanente para construção de um condomínio de luxo.

Preocupado com a situação, Jorge consulta um advogado especialista na área, o qual lhe informa que:

- (A) como Jorge é o proprietário da empresa, será responsabilizado pelo crime ambiental cometido.
- (B) como o crime foi praticado no interesse e em benefício da empresa, apenas a pessoa jurídica será responsabilizada.
- (C) caso Antônio tenha informado previamente a Jorge sua intenção de derrubar parte da floresta, Jorge também poderá ser responsabilizado na esfera penal.
- (D) como o intuito da empresa era construir um condomínio, a derrubada de árvores de uma floresta não é considerada prática criminosa.

Direito Civil**Roberta Queiroz****35**

Sônia e Diógenes tiveram um casamento frutuoso por muitos anos. Casaram-se em 1999, pelo regime supletório de bens à época. Contudo, em 2018 resolveram se divorciar, mas como estavam muito magoados um com outro, fizeram o divórcio sem, contudo, promover a partilha de bens. Em 2023, Sônia decide se casar com Marcela e, assim o fazem sem determinar por escrito regime de bens. Considerando o caso em tela e as regras pertinentes, marque alternativa correta.

- (A) O segundo casamento de Sônia é nulo diante da ausência de partilha de bens no primeiro casamento.
- (B) O segundo casamento de Sônia é regido pelo regime da comunhão parcial de bens, diante da ausência de designação escrita de regime de bens diverso.
- (C) O segundo casamento de Sônia é anulável diante da ausência de partilha de bens no primeiro casamento.
- (D) Sônia, no segundo casamento, encontra-se em condição suspensiva, não podendo optar sobre regime de bens neste casamento.

36

Seu Coisinha da Silva é dono de uma propriedade rural que possui divisa com a propriedade de Dona Clotilde. As propriedades são separadas por um rio e de uma margem a outra do rio há um espaço de 2 km, aproximadamente. Contudo, com o tempo, o álveo foi abandonado, secando por completo. O local deu lugar a um mangue bastante frutuoso. Considerando o caso narrado, marque alternativa correta.

- (A) A área correspondente ao leito seco pertence ao poder público.
- (B) A área de álveo abandonado deve ser fracionada entre seu Coisinha e dona Clotilde, seguindo as respectivas propriedades até o meio do terreno seco.
- (C) Poderá tomar para si a propriedade da terra o proprietário ribeirinho que indenizar primeiro a fazenda pública local.
- (D) Será o novo proprietário da terra seca aquele que primeiro a ocupar.

37

Cristina Cristiny tem um amor muito grande por plantas e decidiu entupir seu apartamento com vasos e jarros de variadas plantas. Os vizinhos estão bastante incomodados com o fato de que ela, moradora do oitavo andar, vem colocando inúmeros vasos no parapeito da varanda, que não tem tela de proteção. O condomínio já notificou a Cristina, mas ela sempre ignora o pedido condominial para retirar as plantas do parapeito. Em um domingo de manhã, um jarro caiu e atingiu a cabeça de um morador que, por sua vez, faleceu na hora. Considerando as regras aplicáveis ao caso, marque alternativa correta.

- (A) A responsabilidade de Cristina é subjetiva.
- (B) A responsabilidade civil, neste caso, é do condomínio que, por sua vez, responderá objetivamente.
- (C) Cristina deve responder objetivamente pelo homicídio da vítima, devendo arcar com valor integral de alimentos indenizatórios.
- (D) O prazo prescricional aplicável ao caso é de cinco anos.

38

João de Deus Divino realizou contrato de seguro de vida com a seguradora “Vai na Fé”, em 2012. João foi casado por muitos anos com Fátima das Dores, mas separaram de fato há 5 anos, e não realizaram o divórcio. Há dois anos, João de Deus vive com Catarina, moram juntos e possuem dois filhos. Contudo, João faleceu e a seguradora constatou que ele havia deixado como beneficiários os pais, que também faleceram há pouco tempo. Considerando que João não deixou bens de herança, mas muitas dívidas, marque alternativa correta.

- (A) O valor do seguro deve ser usado para pagamento das dívidas antes da entrega ao beneficiário.
- (B) O valor do seguro deve ser pago aos herdeiros dos pais de João de Deus.
- (C) O valor do seguro deve ser pago para Catarina.
- (D) O valor do seguro deve ser pago para Fátima.

39

Rafael Pinto Molhadinho alugou o apartamento de Lenda Selvagem, pagando mensalmente o aluguel de mil reais. Contudo, mesmo sem autorização de Lenda, trocou o piso do apartamento por um mais moderno, trocou as torneiras que estavam com vazamentos, bem como a fiação elétrica que tinha sido condenada pelo eletricitista. Considerando o caso, marque alternativa correta.

- (A) As benfeitorias feitas são consideradas necessárias.
- (B) As benfeitorias feitas são consideradas voluptuárias.
- (C) A troca do piso é considerada benfeitoria voluptuária, devendo haver ressarcimento por parte de Lenda, sob pena de enriquecimento ilícito.
- (D) Rafael poderá ser indenizado pela troca das torneiras e da fiação elétrica, ainda que sem autorização de Lenda.

40

Nilton, empresário do ramo de fornecimento de flores, anda encontrando dificuldades para financiamento de alguns investimentos em seu negócio. Assim, resolve tentar crédito junto ao banco GranBank S.A., o qual exige um bem em garantia. Nilton oferece um pequeno avião de sua propriedade em garantia da dívida. Sobre o tema, marque alternativa correta.

- (A) Caso o banco aceite o bem dado em garantia, haverá a formalização de uma hipoteca.
- (B) A entrega de aeronave em garantia caracteriza um penhor.
- (C) Trata-se de direito real de garantia denominado anticrese.
- (D) Caso Nilton não efetue o pagamento da dívida, poderá o banco ficar com o bem dado em garantia.

41

Alice precisa com urgência vender seu relógio de ouro rosé, no valor de R\$ 20.000,00, para pagamento de algumas dívidas. Raquel, amiga de Alice desde a infância, fica muito preocupada com a situação e, vendo que a amiga não consegue vender o relógio, ameaça Patrícia para que compre o relógio de Alice. Patrícia, com justo receio de sofrer a ameaça promovida por Raquel, compra o relógio. Alice, sem saber da prática de Raquel, fica muito feliz e paga suas dívidas. Patrícia, após a compra, incomodada, procura aconselhamento jurídico. Considerando o caso narrado, marque alternativa correta.

- (A) Diante do dolo empregado por Raquel, é possível que Patrícia promova a ação anulatória do negócio jurídico.
- (B) O caso reflete a coação, gerando nulidade da venda realizada.
- (C) No caso retratado, não há possibilidade de invalidação do caso por coação.
- (D) Patrícia poderá invalidar o negócio por lesão praticada por Raquel.

ECA**Patrícia Dreyer****42**

O influenciador digital XPTO resolveu fazer uma série de publicações, no intuito de atrair seguidores para as suas redes sociais. Com isso, decidiu postar conteúdos polêmicos. Numa dessas postagens, em específico, utilizou imagens com duas crianças e três adolescentes ao lado de adultos (que, na verdade, eram seus respectivos pais), alegando que se tratavam de estupradores e suas vítimas. As pessoas constantes da foto, estupefatas, procuram você, como advogado(a), e recebem a correta informação de que:

- (A) o provedor de aplicação de internet responde civilmente por danos morais se, após formalmente comunicado de publicação ofensiva a imagem de menor, se omite na sua exclusão, desde que haja ordem judicial.
- (B) o provedor de aplicação de internet não tem qualquer responsabilidade pela publicação ofensiva a imagem de menor, pois não pode ser controlador do conteúdo postado por terceiro.
- (C) o juiz não pode, em casos como esses, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, ainda que exista prova inequívoca do fato, pois há que se resguardar, primeiro, o contraditório e a ampla defesa.
- (D) o provedor de aplicação de internet responde civilmente por danos morais se, após formalmente comunicado de publicação ofensiva a imagem de menor, se omite na sua exclusão, independentemente de ordem judicial.

43

Jorge, advogado, 44 anos, foi preso após operação policial realizada em sua casa, devidamente autorizada, em que foram apreendidas mais de 500 imagens espalhadas pela casa com cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo crianças e adolescentes. Em seu depoimento na delegacia, Jorge afirma que não se trata do crime de posse de material pornográfico, pois a genitália dos menores não estava desnuda. Sobre o crime previsto no art. 241-B do ECA (adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente), e o argumento de Jorge, assinale a alternativa correta.

- (A) O argumento de Jorge está incorreto, pois o sentido da expressão "cena de sexo explícito ou pornográfica" não restringe tal conceito apenas às imagens em que a genitália de crianças e adolescentes esteja desnuda, pois basta o contexto obsceno, as poses sensuais, e a finalidade sexual das imagens.
- (B) Jorge está correto pois o sentido da expressão "cena de sexo explícito ou pornográfica" restringe tal conceito apenas às imagens em que a genitália de crianças e adolescentes esteja desnuda.
- (C) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, não há crime porque a posse ou o armazenamento tinha a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas genericamente como crime de pedofilia.
- (D) Jorge deveria manter o material sob sigilo até a entrega às autoridades competentes.

CDC**Patrícia Dreyer****44**

Maurício comprou um veículo financiado pelo Banco XPTO, em 72 parcelas de R\$2.000,00. No final do ano de 2022, recebeu o pagamento de seu salário, férias e 13º salário e resolveu, então, antecipar as últimas parcelas para quitar o financiamento e dar baixa no gravame. Sua intenção era vender o veículo, sem qualquer pendência, por um ótimo valor, ao seu amigo Álvaro. Por conta disso, Maurício entrou em contato com o Banco XPTO e informou a quitação das parcelas. Todavia, o Banco levou mais de 90 dias para dar baixa no gravame, o que fez com que Maurício perdesse a oportunidade de venda. Indignado, ele procura você, como advogado(a), na intenção de ajuizar ação pleiteando danos morais pela desídia do Banco. Você responde acertadamente que:

- (A) o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável à hipótese, pois ele não se aplica às instituições financeiras que devem seguir exclusivamente as resoluções do Banco Central.
- (B) se Maurício quisesse contratar um seguro, a seguradora não poderia se recusar mesmo que Paulo se dispusesse ao pronto pagamento, ainda que seu nome esteja negativado.
- (C) se Maurício fosse assaltado, dentro desse veículo, ao comprar lanche no drive-thru de uma lanchonete, isso seria considerado caso fortuito a afastar a responsabilidade da lanchonete.
- (D) se Maurício vencer a demanda e, ao cumprir a demanda, encontrar obstáculo à sua indenização enquanto consumidor, poderá pedir a desconsideração da personalidade jurídica, para alcançar o patrimônio dos sócios ou administradores não sócios da instituição financeira.

45

Cristiane, bastante endividada, já com nome negativo, e comprometida em seu mínimo existencial, vai até o Banco Sr. Dinheiro para contrair novo empréstimo na tentativa de pagar contas cotidianas em seu nome para manter sua família. O gerente Tiago resolve oferecer a Cristiane um empréstimo, com cláusulas abusivas. Intrigada, Cristiane resolve telefonar para você, advogado(a), que orienta, acertadamente, que:

- (A) o banco pode condicionar a concessão do empréstimo à contratação de um seguro de vida, pelo prazo de um ano, prática bastante comum no mercado.
- (B) o banco pode enviar um cartão de crédito para o domicílio de Cristiane, para facilitar seu acesso ao crédito, ainda que ela não tenha solicitado.
- (C) Cristiane poderia ter buscado uma cooperativa de crédito, pois elas são equiparadas às instituições financeiras.
- (D) no empréstimo concedido a Cristiane, a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, tão somente, indica abusividade.

Direito Empresarial

Renato Borelli

46

Além de advogado e engenheiro agrônomo, Paulo é proprietário de quatro grandes fazendas, onde realiza, em nome próprio, exploração de culturas de soja e trigo, bem como criação intensiva de gado. A atividade em todas as fazendas é voltada para exportação, com emprego intenso de tecnologia e insumos de alto custo. Por fim, Paulo não está registrado na Junta Comercial. Com base nessas informações, é correto afirmar:

- (A) Paulo, por exercer empresa em caráter profissional, é considerado empresário independentemente de ter ou não registro na Junta Comercial.
- (B) Paulo, mesmo que exerça uma empresa, não será considerado empresário pelo fato de não ter realizado seu registro na Junta Comercial.
- (C) Paulo não pode ser registrado como empresário, porque, sendo engenheiro agrônomo, exerce profissão intelectual de natureza científica, com auxílio de colaboradores.
- (D) Paulo é um empresário de fato, por não ter realizado seu registro na Junta Comercial antes do início de sua atividade, descumprindo obrigação legal.

47

Marcel, durante a realização de seu estágio em um escritório de advocacia, devidamente autorizado por seu chefe, atendeu a uma consulta formulada por um cliente. O cliente desejava esclarecimentos sobre o direito de voto e seu exercício nas companhias.

Marcel respondeu, corretamente, que:

- (A) na eleição dos membros do Conselho Fiscal, o voto poderá ser múltiplo.
- (B) em caso de penhor da ação, somente o credor pignoratício exercerá o direito de voto.
- (C) independente da espécie ou da classe de ação, o voto é um direito essencial de todo e qualquer acionista.
- (D) a qualquer espécie ou classe de ação, é vedado atribuir voto plural.

48

Marcelinho emitiu uma nota promissória em favor de Ricardo. No momento da emissão, ele não inseriu a quantidade nem o lugar de pagamento. Na data do vencimento, o subscritor foi procurado por um procurador do beneficiário, que lhe exibiu a cártula com endosso-mandato e exigiu o pagamento. Marcelinho verificou, então, que o título havia sido preenchido abusivamente, pois constava o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quando o correto seria R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), e o lugar de pagamento era diverso de seu domicílio, em Itaboraí/RJ.

Procurado pelo devedor para analisar o caso, e ciente de que o pagamento não foi realizado por ele, você, como advogado(a), responde que:

- (A) é possível alegar em juízo, com êxito, a nulidade do título, em razão de o lugar de pagamento ser domicílio diverso do subscritor, caracterizando má-fé do portador atual.
- (B) não é possível ao subscritor se recusar validamente ao pagamento diante da autonomia das obrigações cambiais e do endosso-mandato realizado na cártula.
- (C) é possível ao subscritor da nota promissória opor exceção pessoal ao beneficiário quanto ao conteúdo literal do título, diante do preenchimento abusivo.
- (D) não é possível a oposição de exceção ao pagamento, porque o subscritor da nota promissória é equiparado ao aceitante da letra de câmbio e, como tal, obriga-se a pagar na data do vencimento.

49

Na condição de advogado, você participou da elaboração, apresentação e negociação do plano de recuperação extrajudicial de devedor sociedade empresária. Tendo sido o plano assinado por todos os credores por ele atingidos, seu cliente o contratou para requerer a homologação judicial.

Assinale a opção que indica o juízo em que deverá ser apresentado o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.

- (A) O juízo da sede do devedor.
- (B) O juízo do principal estabelecimento do devedor.
- (C) O juízo da sede ou de qualquer filial do devedor.
- (D) O juízo do principal estabelecimento ou da sede do devedor.

50

A sociedade empresarial Cerqueira Moda Masculina Ltda. é locatária de uma loja situada no shopping center Sousa Stores. Sobre o contrato de locação de uma unidade comercial em shopping center, assinale a afirmativa correta.

- (A) O locador poderá recusar a renovação do contrato com fundamento na necessidade de ele próprio utilizar o imóvel.
- (B) As despesas cobradas do locatário não precisam estar previstas em orçamento, desde que devidamente demonstradas.
- (C) O empreendedor poderá cobrar do locatário as despesas com obras de reformas que interessem à estrutura do shopping.
- (D) As condições livremente pactuadas no contrato respectivo prevalecerão nas relações entre os lojistas e o empreendedor.

Direito Processual Civil

Raquel Bueno

51

Minervina ajuizou ação de cobrança em face do locatário Pedro, perante a 5ª Vara Cível de Fortaleza/CE. O contrato previa a garantia fidejussória, com benefício de ordem, mas o fiador Fábio não foi demandado. Após o devido processo legal, a sentença acolheu todos os pedidos da autora, com a consequente condenação de Pedro, ao pagamento de R\$ 50.000,00. A decisão transitou em julgado e a exequente descobriu que Pedro mudou-se para Tiros/MG. A partir dessa realidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O cumprimento de sentença deve ser promovido perante o mesmo juízo onde se formou o título.
- (B) O fiador Fábio pode ser demandado no cumprimento de sentença.

(C) O cumprimento de sentença pode ser promovido perante a 5ª Vara Cível de Fortaleza/CE, ou no atual domicílio do executado.

(D) O fiador não poderia ser acionado na ação de cobrança, em respeito à cláusula de benefício de ordem.

52

Alberto demandou Calixto em uma ação indenizatória, obtendo êxito na sentença. Inconformado, Calixto inter pôs recurso de apelação, ao qual foi negado provimento. Considerando haver ofensa de norma infraconstitucional, Calixto interpôs recurso especial. Tal recurso foi conhecido, mas não provido. Todavia, o advogado de Calixto identificou um julgado no STJ, de outra turma, com situação fática idêntica à do cliente, mas com resultado favorável, também em sede de recurso especial. Neste contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O advogado de Calixto pode opor embargos de divergência.
- (B) O advogado de Calixto pode opor embargos infringentes.
- (C) O advogado de Calixto pode opor embargos de declaração, diante da contradição.
- (D) O advogado de Calixto pode interpor recurso extraordinário.

53

Isabela sofreu um atropelamento em Niterói/RJ, enquanto passava férias na casa da avó. O responsável foi o motorista de um caminhão, da empresa Móveis Planejados RJ. Considerando a necessidade de fazer procedimentos cirúrgicos céleres para sua total recuperação, buscou a defensoria pública local, e ajuizou uma ação de produção antecipada de provas, em face da pessoa jurídica mencionada, retornando posteriormente para sua casa, em Caxias/RJ. A partir desta situação, assinale a opção certa.

- (A) A ação indenizatória deve ser proposta perante o mesmo juízo onde tramitou a ação de produção antecipada de provas.
- (B) Na ação de produção antecipada de provas o juiz deve se manifestar sobre a responsabilidade civil da empresa demandada.
- (C) A ação de produção antecipada de provas só é cabível quando há risco de se perder o objeto da prova.
- (D) Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.

54

Madalena ajuizou ação em face de Sérgio, formulando quatro pedidos, em sede de cumulação própria simples. Após audiência de conciliação sem êxito, Sérgio apresentou contestação com reconvenção, formulando dois pedidos, também em sede de cumulação própria simples. Posteriormente, o juiz entendeu que dois pedidos da autora e um do réu se tornaram incontroversos, decidindo-os de maneira definitiva. Com base neste cenário, marque a opção certa.

- (A) Tanto Madalena quanto Sérgio podem interpor recurso de agravo de instrumento.
- (B) Tanto Madalena quanto Sérgio podem interpor recurso de apelação.
- (C) Tal decisão pode ser impugnada em preliminar da apelação ou nas contrarrazões da apelação, após julgamento final de todos os pedidos formulados por autora e réu.
- (D) Caso não interposto recurso em face da referida decisão, será admitida sua execução provisória.

55

Jennifer promoveu uma ação reivindicatória de um imóvel em face de Camila, perante a 1ª Vara Cível de Piracanjuba/GO, local da situação do imóvel. Inconformada, Letícia promoveu uma oposição em face de Jennifer e Camila, por entender ser a real titular do bem, herdado de sua tia, por meio de um legado. A partir desta realidade, marque a alternativa correta.

- (A) Neste caso, há um litisconsórcio passivo necessário unitário.
- (B) Neste caso, há um litisconsórcio passivo necessário simples.
- (C) Neste caso, há um litisconsórcio passivo facultativo unitário.
- (D) Neste caso, há um litisconsórcio passivo facultativo simples.

56

Eduardo promoveu a execução de uma nota promissória em face de Eliza. Devidamente citada, Eliza não efetuou o pagamento no prazo legal, mas apresentou embargos à execução, no prazo de 10 dias, a contar da juntada do mandado de citação cumprido, o que não impediu a penhora de uma moto, de sua titularidade. Após o devido processo legal, os embargos foram julgados completamente improcedentes. Considerando esta realidade, assinale a opção correta.

- (A) Eliza pode interpor recurso de agravo de instrumento.
- (B) Eliza pode interpor recurso de apelação, com efeito devolutivo e suspensivo.
- (C) Eliza pode interpor recurso de apelação, dotado apenas de efeito devolutivo.

- (D) Considerando a apresentação de embargos à execução por parte de Eliza, a penhora de sua moto não poderia ser autorizada pelo magistrado.

57

Considerando a existência de múltiplos processos em andamento no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, envolvendo a mesma matéria de direito processual, com risco à isonomia e à segurança jurídica, o advogado Mário, aproveitando a pendência de julgamento do recurso de apelação de seu cliente, resolve suscitar o incidente de resolução de demandas repetitivas ao presidente do tribunal, uma vez que a questão de direito ainda não estava afetada por nenhum tribunal superior, para julgamento repetitivo. A partir desta realidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O presidente do Tribunal fará a admissibilidade do incidente, mas seu julgamento competirá ao órgão colegiado designado no regimento interno do tribunal.
- (B) Neste tipo de julgamento, não é admitida a intervenção do *amicus curiae*, muito menos a designação de audiências públicas.
- (C) Do acórdão que julgar o IRDR, a depender da matéria, caberá recurso extraordinário ou especial, dotados de efeito suspensivo automático.
- (D) No julgamento do IRDR em questão, o advogado Mário terá o prazo improrrogável de quinze minutos para sua sustentação oral.

Direito Penal

Michelle Tonon

58

Anderson estava em casa exibindo e brincando com uma arma de pressão que desferiu balas de aço, quando, acidentalmente, dispara a arma na direção de Amanda, uma amiga que o estava visitando, vindo a atingir seu olho direito. Desesperado, Anderson socorre Amanda e a leva ao hospital, onde é feita uma cirurgia. Contudo, infelizmente, Amanda perde por completo o globo ocular e, conseqüentemente, a visão de um dos olhos. Anderson procura você, advogado(a), para aconselhamento jurídico. Nessa situação, você deverá esclarecer a Anderson, acerca de sua responsabilidade penal, que:

- (A) Anderson praticou o crime de lesão corporal culposa grave, já que Amanda ficou com uma deformidade permanente.
- (B) Anderson praticou tentativa de homicídio culposo.
- (C) Anderson praticou tentativa de homicídio doloso.
- (D) Anderson praticou lesão corporal culposa.

59

Considere as seguintes situações hipotéticas:

1. Gilson praticou, em 25 de janeiro de 2022, roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.
2. Roberto integrou associação criminosa ao longo do ano de 2021.
3. Marcelo praticou crime de homicídio simples em 10 de dezembro de 2022.
4. Vera, em concurso com outros dois agentes, praticou furto qualificado pelo emprego de explosivo que causa perigo comum, em 30 de maio de 2020.

De acordo com as disposições da Lei n. 8.072/1990, a Lei dos Crimes Hediondos, com as modificações feitas pelo Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/2019), poderá(ão) ser condenado(s) pela prática de crime hediondo:

- (A) Gilson e Vera.
- (B) Gilson, Roberto e Vera.
- (C) Gilson, Roberto, Marcelo e Vera.
- (D) Apenas Gilson.

60

Jéssica estava no ônibus, em 26 de setembro de 2022, viajando em pé pelo excesso de passageiros, quando um homem passou por ela, ao se dirigir para a porta de saída e, no percurso, apalpou seus seios de forma não consentida e empreendeu fuga logo em seguida, saltando do ônibus. As câmeras existentes no coletivo flagraram a cena. Considerando apenas as informações acima, pode-se dizer que Jéssica foi vítima de:

- (A) assédio sexual.
- (B) tentativa de estupro.
- (C) importunação sexual.
- (D) estupro consumado.

61

Fátima, 50 anos, devia uma elevada quantia em dinheiro a José, 45 anos, famoso agiota da cidade em que ambos viviam. Em 15 de janeiro de 2020, após cobrar de Fátima o imediato pagamento da dívida, José se aborrece e desfere contra Fátima três disparos fatais de arma de fogo. Os fatos são investigados e o inquérito policial encaminhado ao Ministério Público, que denuncia José pela prática de feminicídio, crime previsto no art. 121, § 2º, inc. VI, do Código Penal. José é preso preventivamente e a família dele procura você, advogado(a), para atuar na defesa da causa. Considerando apenas os fatos narrados, você deverá esclarecer que:

- (A) o delito praticado por José é, de fato, feminicídio, por envolver violência contra a mulher.
- (B) a denúncia está equivocada, pois o homicídio não pode ser qualificado como feminicídio, já que Fátima não foi morta por razões e condições do gênero feminino.

(C) a denúncia está equivocada, pois o fato não é delito contra a vida, mas contra o patrimônio, caracterizando-se latrocínio.

(D) o feminicídio não é considerado crime hediondo e, portanto, é incabível a prisão preventiva de José.

62

Armando e Bruno desejam a morte de Carlos e ambos, sem saber da intenção do outro e sem combinação prévia, atiram contra a vítima quase ao mesmo tempo, com revólveres calibre 38. Carlos morre em decorrência de um dos disparos, que o acerta fatalmente no peito. O outro tiro, conforme verificado em exame pericial, atingiu a vítima de raspão. Apesar dos esforços investigativos, não foi possível identificar a autoria do tiro mortal, pois as armas utilizadas eram idênticas. Na situação hipotética apresentada, Armando e Bruno podem responder criminalmente:

- (A) ambos por homicídio culposo.
- (B) ambos por lesão corporal seguida de morte.
- (C) ambos por homicídio doloso consumado, em concurso de pessoas.
- (D) ambos por homicídio doloso tentado, sem concurso de pessoas.

63

Em dezembro de 2022, em hospital público, Mário, médico concursado da secretaria estadual de saúde, exigiu para si, de Alice, a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para realizar na paciente Maria, mãe de Alice, uma endoscopia, necessária para o correto diagnóstico e tratamento. Mário alegou que o sistema de saúde público estava sobrecarregado e que o valor permitiria a Maria passar na frente de outros pacientes que aguardavam, na fila, a realização do exame. Inconformada, Alice se dirigiu à direção do hospital público, narrou o ocorrido e disse que jamais pagaria a quantia por um exame que deveria ser fornecido gratuitamente. Na condição de advogado(a), você é consultado pelo diretor do hospital, acerca da conduta do médico Mário. Diante da situação hipotética acima descrita, a conduta praticada pelo médico constituiu o crime de:

- (A) peculato mediante erro de outrem tentado.
- (B) corrupção passiva consumada.
- (C) concussão consumada.
- (D) corrupção ativa tentada.

Direito Processual Penal **Lorena Ocampos****64**

Mateus foi condenado em primeira instância pela prática de crime de roubo, sendo aplicada em sentença uma pena de cinco anos e quatro meses de reclusão a ser cumprida em regime inicial fechado. Em recurso de apelação, exclusivo da defesa, o advogado de Mateus requereu a anulação da sentença por falta de fundamentação, a absolvição do réu e, subsidiariamente, a redução da pena pelo reconhecimento da tentativa. Em julgamento, a sentença foi parcialmente mantida. Por unanimidade, foi afastada a alegação de nulidade e mantida a condenação. Por maioria de votos, foi mantida a pena aplicada, tendo um Desembargador votado pela sua redução. Intimados da decisão, as partes poderão adotar qual medida?

- (A) A defesa poderá opor embargos infringentes e de nulidade para o reconhecimento de nulidade, absolvição e redução da pena aplicada.
- (B) A defesa poderá opor embargos infringentes e de nulidade para o reconhecimento de nulidade e redução da pena aplicada, somente, enquanto o Ministério Público não poderá apresentar recurso de embargos infringentes.
- (C) A defesa poderá opor embargos infringentes buscando a redução da pena aplicada, apenas, e o Ministério Público também poderá opor embargos infringentes.
- (D) A defesa poderá opor embargos infringentes buscando a redução da pena aplicada, somente, enquanto o Ministério Público não poderá apresentar recurso de embargos infringentes.

65

Em determinada data, Joana ingressou em estabelecimento comercial para subtrair diversos bens e, para tanto, arrombou a fechadura da porta. Descobertos os fatos, foi denunciada pelo crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo. Considerando que a infração deixou vestígios, o reconhecimento da qualificadora:

- (A) poderia ser obtido a partir da produção de provas de qualquer natureza, tendo em vista que adotado o princípio do livre convencimento motivado.
- (B) exigiria exame de corpo de delito, que poderia ser direto ou indireto, ainda que realizado por um perito, mas a confissão não seria suficiente.
- (C) dependeria de realização de exame pericial, que poderia, porém, ser suprido pela confissão do réu.
- (D) exigiria a realização de exame pericial, exame esse que deveria ser realizado por dois peritos oficiais.

66

Anderson foi denunciado e condenado, em primeira instância, perante a 1ª Vara Criminal de Brasília, pela prática de crime de roubo. Após a condenação, dentro do prazo legal, apresentou o recurso cabível, que se encontra pendente de julgamento. Nesse período, foi novamente denunciado pela prática do crime de roubo, dessa vez perante a 2ª Vara Criminal de Brasília, sendo verificado pelo teor da denúncia que os fatos imputados são os mesmos daquela ação da 1ª Vara Criminal. Você, advogado(a) de Anderson, poderá apresentar a exceção de:

- (A) incompetência do juízo, que deverá ser processada nos autos principais.
- (B) coisa julgada, que deverá ser processada em autos apartados.
- (C) litispendência, que deverá ser processada em autos apartados.
- (D) suspeição, que precederá a qualquer outra eventualmente oposta.

67

Uma das partes fundamentais da ação penal é o réu, que é aquele que figura no polo passivo do processo, na condição de suposto autor do fato. Sobre a figura do acusado e de seu defensor, é correto afirmar que:

- (A) em virtude do direito ao silêncio, o réu pode se recusar a responder às perguntas do Ministério Público sobre os fatos, mas não as do magistrado.
- (B) a ampla defesa é um direito do réu, de modo que pode ele optar por não ser assistido por patrono particular ou defensor público, ainda que não seja ele próprio advogado.
- (C) caso o advogado particular não tenha mais interesse em patrocinar o réu, será ele assistido pela defensoria, independentemente de ter interesse em indicar novo patrono.
- (D) mesmo o réu revel tem direito a uma defesa, como a Defensoria Pública, caso não constitua advogado.

68

Gabriel responde a ação penal na condição de réu solto. Em razão da complexidade do procedimento, após oitiva das testemunhas, foi designada nova data para realização exclusivamente do interrogatório do acusado. Apesar de regularmente intimado, Gabriel, por opção, não compareceu à audiência, esclarecendo seu advogado ao juiz o desinteresse do seu cliente de ser interrogado. De acordo com as previsões do Código de Processo Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o juiz:

- (A) poderá decretar a revelia de Gabriel, gerando como consequência a presunção de veracidade dos fatos narrados na denúncia.
- (B) poderá determinar a condução do réu coercitivamente diante de sua intimação regular para o ato, evitando-se seu adiamento, uma vez que não existe revelia no Processo Penal.
- (C) poderá decretar a revelia de Gabriel, mas permanecerá sob a responsabilidade do Ministério Público provar a acusação.
- (D) poderá decretar a prisão preventiva de Gabriel em razão de sua ausência, já que era obrigado, uma vez intimado, a comparecer para o ato de interrogatório.

69

Bernardo foi denunciado e condenado, em primeira instância, pela prática de crime de latrocínio, sendo ele e seu advogado intimados do teor da sentença penal condenatória no dia 20 de setembro de 2022, terça-feira. A juntada do mandado de intimação do réu ao processo, todavia, somente ocorreu em 26 de setembro de 2022, segunda-feira. Considerando as informações narradas, assinale qual o recurso cabível e qual o início do prazo para interposição pelo advogado de João, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- (A) Será cabível o recurso em sentido estrito e o prazo terá início no dia seguinte à juntada do mandado de intimação (27/9/2022), devendo a data final do prazo ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, caso se encerre no final de semana.
- (B) Será cabível o recurso de apelação e o prazo terá início no dia da juntada do mandado de intimação (26/9/2020), devendo ser cumprido até o final do prazo de 05 dias previsto em lei, ainda que este ocorra no final de semana.
- (C) Será cabível o recurso em sentido estrito e o prazo terá início no dia da intimação (20/09/2020), independentemente da data da juntada do mandado, devendo ser o recurso interposto até o final do prazo de 05 dias previsto em lei, ainda que este finalize no final de semana.
- (D) Será cabível o recurso de apelação e o prazo terá início no dia seguinte à intimação (21/09/2020), independentemente da data da juntada do mandado, devendo a data final do prazo ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, caso se encerre no final de semana.

Direito do Trabalho

Rogério Dias**70**

Mariana era sócia da sociedade empresária Bueno & Queiroz Ltda., até sua retirada, em 2020. A devida averbação da modificação do contrato foi realizada no dia 20 de março de 2020. Em julho de 2022, Thiago ajuizou ação trabalhista em face da referida empresa e postulou, já na petição inicial, a desconsideração da personalidade jurídica para atingir, também, os bens de Mariana, em futura execução. Com isso,

- (A) não há que se falar em responsabilidade de Mariana.
- (B) Mariana terá responsabilidade solidária.
- (C) não se admite a desconsideração da personalidade jurídica na fase de cognição.
- (D) Mariana terá responsabilidade subsidiária.

71

Juliana foi contratada pela empresa Dreyer Ltda. para prestar seus serviços em regime de tempo parcial, com carga horária semanal de 20 horas. Em determinada semana, Juliana realizou seis horas extras. Com base na situação hipotética,

- (A) os empregados contratados em regime de tempo parcial não poderão realizar horas extras.
- (B) as horas extras poderão ser compensadas na semana imediatamente posterior.
- (C) não há limitação de quantidade de horas extras que Juliana poderá realizar.
- (D) as horas extras realizadas por Juliana poderão ser compensadas no período de seis meses.

72

Juliano é estudante de Direito e está cursando o 5º período. Um de seus colegas indicou uma vaga de estágio no escritório de advocacia em que ele estagiava. Após seleção e aprovação, Juliano foi contratado. Ao assinar o termo de compromisso, Juliano verificou que suas atividades seriam realizadas em regime de teletrabalho. Na dúvida, Juliano liga para você a fim de esclarecer se realmente pode realizar suas atividades pelo teletrabalho. Você informa a Juliano:

- (A) que essa prática é proibida na lei.
- (B) que não há qualquer irregularidade.
- (C) que a legislação é omissa a esse respeito.
- (D) que somente os aprendizes poderiam ser admitidos em regime de teletrabalho.

73

Aurélio é cipeiro, tendo sido eleito titular de representação dos empregados, com cumprimento de mandato no ano de 2022. Em setembro de 2022, Aurélio foi dispensado sem justa causa, pois sua empresa encerrou todas as suas atividades. Com isso,

- (A) a empresa deverá indenizar o empregado pelo período de estabilidade a que ele teria direito.
- (B) trata-se de despedida arbitrária.
- (C) é devida a reintegração.
- (D) é indevida a indenização do período estabilitário.

74

Roberta é empregada da empresa Barreiros Ltda., reside na Asa Norte (Brasília/DF) e presta seus serviços na Asa Sul. Ocorre que no ano de 2023, por ato unilateral do empregador, Roberta passou a prestar os seus serviços no Guará/DF, localidade mais distante, mas continuou residindo na Asa Norte. Com base na situação hipotética,

- (A) Roberta tem direito a receber o adicional de transferência.
- (B) trata-se de transferência definitiva.
- (C) Roberta terá direito a um suplemento salarial, tendo em vista o acréscimo da despesa de transporte.
- (D) Roberta deverá arcar com a despesa adicional que tiver.

75

Sofia é bancária e exerce cargo de confiança com carga horária de 8 horas, por dia, recebendo gratificação de dois terços de seu salário. Inconformada com a carga horária e com o volume de atividades que deve realizar, soube, por meio de uma colega, que a jornada do bancário é de 6 horas diárias. Com base na situação hipotética,

- (A) Sofia tem direito a receber duas horas extras.
- (B) bancário não tem direito a horas extras.
- (C) Sofia somente terá direito a horas extras a partir da oitava hora.
- (D) a gratificação de Sofia deveria ser de 100% de seu salário.

Direito Processual do Trabalho

Aryanna Linhares

76

Lancelot trabalhou por alguns bons anos para Haras da Távola Redonda Ltda. Após uma pequena desavença com Artur e Guinevere, proprietários da empresa, foi dispensado sem justa causa. Sentindo-se injustiçado, Lancelot ajuíza reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora em Piúma/ES. Entretanto, o autor sempre trabalhou em Salvador das Missões/RS. Na ótica da reclamada, Salvador das Missões é o local onde deveria tramitar o feito. Neste caso:

- (A) Haras da Távola Redonda deve apresentar exceção de incompetência em 5 dias contados do recebimento da notificação.
- (B) Haras da Távola Redonda deve apresentar exceção de incompetência em 48 horas.
- (C) é incabível a alegação de incompetência territorial.
- (D) Haras da Távola Redonda deve arguir a incompetência territorial em preliminar de contestação.

77

Igraine ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Botica Brumas de Avalon Ltda que seguiu seu curso normal e teve concluída a fase de liquidação. Nesta, o juiz homologou os cálculos no valor de R\$25.000,00. Em seguida, iniciou-se a fase de execução. Passados alguns dias, Igraine e Botica Brumas de Avalon Ltda. comparecem em juízo, acompanhadas de seus advogados, pleiteando a homologação de um acordo no valor de R\$ 10.000,00. Com base no narrado acima, é correto afirmar que:

- (A) o acordo poderá ser homologado pelo juiz, mas o INSS será recolhido sobre R\$25.000,00.
- (B) o acordo poderá ser homologado e, sobre seu valor, o INSS será recolhido.
- (C) o acordo não poderá ser homologado, pois ocorreu após a sentença de liquidação.
- (D) o acordo só poderá ser homologado se houver a concordância do órgão previdenciário, uma vez que é inferior ao valor calculado após a liquidação.

78

Dom Quixote moveu ação trabalhista em face de seu ex-empregador Moinhos de Vento Consuegra Ltda. Na reclamatória, postulou o pagamento de adicional de periculosidade e a gratuidade de justiça, que lhe foi deferida. A perícia foi realizada e, no laudo, o perito apontou a ausência de periculosidade. Em razão disso, o pedido foi julgado improcedente. Diante dessa situação, marque a afirmativa correta.

- (A) Ainda que beneficiário da gratuidade de justiça, Dom Quixote fica responsável pelo pagamento dos honorários periciais.
- (B) Diante da inversão do ônus da prova pela hipossuficiência do empregado, a parte ré deve custear a perícia.
- (C) Por ser beneficiário da justiça gratuita, Dom Quixote não só está isento do pagamento de custas como também não custeará os honorários periciais, que serão pagos pela União.
- (D) A parte reclamante nunca arca com os honorários do perito.

79

Raskolnikov ingressou com uma ação trabalhista em face de sua ex-empregadora, Ivanovna Empréstimos, e da União, que, segundo seu entendimento, deve responder subsidiariamente. Os pedidos de Raskolnikov foram julgados totalmente procedentes e já liquidados, não ultrapassando 40 salários-mínimos. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A reclamação trabalhista tramitará pelo rito sumaríssimo, tendo em vista que o valor da causa não ultrapassou 40 salários mínimos.
- (B) A reclamação trabalhista tramitará pelo rito sumaríssimo e, sendo necessária prova testemunhal, cada parte poderá ouvir até três testemunhas.
- (C) A reclamação trabalhista tramitará pelo rito ordinário e, sendo necessária prova testemunhal, cada parte poderá ouvir no máximo 2 testemunhas.
- (D) A reclamação trabalhista tramitará pelo rito ordinário uma vez que há ente de direito público figurando no polo passivo da ação.

80

Horácio Oliveira ajuizou reclamação trabalhista em face de Brinquedos Jogo da Amarelinha e de Clube da Serpente Recreação Ltda. Nela, Horácio está requerendo o pagamento de horas extras, adicional noturno e adicional de periculosidade, bem como a condenação solidária das duas empresas. Entendendo que as empresas estão inseridas no mesmo grupo econômico, o juiz proferiu sentença condenando-as solidariamente ao pagamento das verbas postuladas.

Brinquedos Jogo da Amarelinha e Clube da Serpente Recreação Ltda. recorreram. Clube da Serpente não efetuou o recolhimento do depósito recursal. Já Brinquedos Jogo da Amarelinha não só realizou o depósito, como também sustentou, dentre outras coisas, que deve ser excluída da lide, pois não forma grupo econômico com Clube da Serpente Recreação Ltda. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso de Clube da Serpente Recreação Ltda. é deserto. Como Brinquedos Jogo da Amarelinha pediu sua exclusão da lide, o depósito recursal por ela efetuado não pode ser aproveitado pela outra empresa (Clube da Serpente).
- (B) Não há depósito recursal na Justiça do Trabalho.
- (C) O depósito recursal recolhido por Brinquedos Jogo da Amarelinha pode ser aproveitado por Clube da Serpente Recreação Ltda.
- (D) Brinquedos Jogo da Amarelinha e Clube da Serpente Recreação Ltda. estão dispensadas do depósito recursal.

**ESTUDE COM O GRAN,
QUE A CARTEIRA
VERMELHA VEM!**

Se você quer mesmo ter um bom desempenho no Exame de Ordem, você tem de estar bem preparado (a). Para isso, conte com a melhor equipe de professores do Gran Jurídico.

Com a Assinatura Ilimitada 8.0, suas chances serão ainda maiores.

Faça agora a sua assinatura, tenha acesso à melhor plataforma para sua aprovação na OAB, passe no concurso dos seus sonhos e garanta seu futuro.

ASSINATURA
ILIMITADA
CONCURSOS, OAB E RESIDÊNCIAS

8.0

FACILITE SEUS ESTUDOS:



rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:



faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:



mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUIZER:



quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

NÚMEROS GRANDES:



milhares de alunos aprovados, mais de 2 milhões de questões, mais de 27 mil cursos e centenas de professores para ajudar a passar.

